

FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA

AGRICULTURAS E TERRITÓRIOS

© Fernando Oliveira Baptista, 2001

Fernando Oliveira Baptista (n. 1942)
Agriculturas e Territórios

Primeira edição: Junho de 2001
Titragem: 500 exemplares

Coordenação editorial: Instituto Superior de Agronomia/UTL
Revisão de texto: G. Ayala Monteiro

ISBN: 972-774-117-7
D.l.: 170297/01

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora
Capa: Mário Vaz | Arranjo e imagem: Paula Neves
Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal
Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal
Tel.: (+351) 214 417 433
Fax: (+351) 214 467 304
E-mail: mail@celtaeditora.pt
Página: www.celtaeditora.pt

CELTA EDITORA
OEIRAS / 2001



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Orientação
e de Garantia Agrícola

Capítulo 2 O ESPAÇO E O RURAL

A agricultura, a sociedade rural e o espaço não têm hoje destinos coincidentes, mas coexistem nos mesmos limites geográficos onde, nas últimas duas décadas, se avolumou a questão ambiental. As personagens — os habitantes e as actividades tradicionais do rural, a propriedade fundiária, os capitais e interesses que vêm da cidade, os actores públicos locais e centrais — que convivem nestes mundos, e que vão vincando os contornos sociais, económicos, culturais e ambientais dos campos, já não definem as suas opções e estratégias num contexto unificado pela agricultura. Hoje, confrontam-se com múltiplos referenciais em diversos quadros de actividades, de políticas e de oportunidades. A relação da sociedade com o seu espaço passa por aqui e é necessário averiguar quais as personagens que se destacam — e como — nas permanências e mudanças daqueles contornos.

As hipóteses que se apresentam são muitas vezes esboçadas apenas com base em análises parcelares e dispersas, e centram-se no caso português, que se procura ir situando nos caminhos da Europa do Sul. Estes diferenciam-se dos trilhados por outras Europas. É por onde se vai começar.

Europa do Sul

A cidade industrial marcou na Europa, desde o século XIX, a diferenciação entre o urbano e o rural. Neste, a expansão da agricultura acompanhou o crescimento demográfico e aquela estendeu-se a todo o espaço que sobrava das áreas sociais e das completamente inaproveitáveis. Mesmo as florestas vieram a ser largamente percorridas em busca de lenhas para os fogos domésticos, de matos para estrume ou para recolectar cogumelos e outras dádivas dos arvoredos; em muitos casos aproveitavam-se também as clareiras e manchas de solo de baixo das copas para cultivos agrícolas e utilizações pastoris. As comunidades rurais continuavam a partilhar uma cultura modelada em

torno das actividades agrárias e dos sistemas fundiários, que se distanciava dos mundos que se iam constituindo e desenvolvendo nos grandes aglomerados urbanos e industriais.

A hegemonia da agricultura sobre o território (Mormont, 1994) não persistiu, contudo, nalgumas regiões e países mais do que algumas décadas: a tecnologia — nomeadamente a motomecanização, os fitofármacos e herbicidas, os adubos químicos e os progressos no melhoramento animal e vegetal — permitiu um aumento da produtividade do trabalho e incrementou também a produção obtida por unidade de superfície. Este aumento foi acompanhado por uma redução da área cultivada, que abandonou os solos menos produtivos, enquanto a agricultura se concentrou em sistemas de produção especializados e quebrou as complementaridades com a floresta. No conjunto de países que Bairoch (1989) designa por “desenvolvidos ocidentais”, a produtividade aumentou a uma taxa de variação anual de 5,5% no período 1936/50-1985, enquanto no século anterior (1850/70 a 1936/50) esta mesma taxa apenas tinha crescido 1,1%. Comparam-se ainda, para estes períodos, as taxas de variação anual de três indicadores: o número de activos agrícolas masculinos diminuiu de 3,1% no período mais recente e tinha aumentado 0,2% no anterior; a produção agrícola apresenta, na mesma sequência de períodos, os valores de +2,1% e +1,5% e o rendimento dos cereais (por unidade de superfície) de +2,5% e +0,6%. A Europa do Sul, embora a ritmo mais lento, mais tardiamente e com consequências menos nítidas, também vem fazendo este caminho.

A par desta evolução, a agricultura perdeu peso na economia e na sociedade: declinou a sua participação no emprego e na produção e reduziu-se a parte da população ligada a explorações agrícolas. Nas comunidades rurais de muitas regiões, a agricultura deixou de ser a principal actividade económica e a tradicional cultura rural foi sendo influenciada pela crescente homogeneização de hábitos, comportamentos e valores. Paralelamente, largas camadas urbanas despertavam para as dimensões ambientais e ganharam um crescente interesse pelo território, agora visto como um repositório da natureza e da harmonia e como um local onde se podem procurar actividades de lazer e de veraneio. Nestes percursos surgiram diferenças entre as actuais realidades culturais e sociais do rural e muitas das imagens e símbolos tradicionais que a cidade ainda hoje lhe associa (Clope, 1997, e Cloke e Little, 1997).

Esta transformação — perda de peso da agricultura na economia e na sociedade, deixando de hegemonizar a utilização do espaço; tendência para a homogeneização da cultura e dos modos de vida rural e urbano; emergência da questão ambiental e procura da natureza por parte da população urbana — teve tempos, ritmos e contornos muito diferentes de um país para o outro e mesmo de uma região para a outra.

As vias seguidas no último século e meio conduziram a panoramas muito diferenciados. Na Grã-Bretanha, a agricultura já não modela o rural e

são a natureza, o ambiente e a paisagem que marcam a relação da sociedade com o seu território. Contrastando com esta situação, na Polónia e noutros países e regiões da Europa de Leste, a agricultura é ainda a matriz do mundo rural e a chave para ler o espaço.

Noutros casos, a emergência de actividades territoriais separadas da agricultura coexiste com uma forte presença desta num rural em que já se apagam as marcas da sua tradicional especificidade cultural, embora a agricultura mantenha um lugar relevante na estruturação do território e no imaginário dos urbanos. Em França, um bom exemplo deste quadro, o agricultor é ainda um símbolo da identidade nacional.

Na Europa do Sul, comparativamente a esta última situação, há uma presença mais débil das actividades não agrícolas e uma agricultura mais presente e que conforma um rural em acentuada mudança, mas ainda com algumas das suas heranças tradicionais. De qualquer modo, o debate e o futuro do espaço e do rural já não se confundem apenas com a agricultura e a floresta, mas passam também pela questão ambiental e por novas actividades.

A questão ambiental

O ambiente é agora uma questão presente na Europa do Sul, embora com sensibilidades diferenciadas por parte dos vários grupos sociais. Os ligados à agricultura são dos menos receptivos, apesar de hoje se reconhecer que este ramo da produção tem consequências directas na degradação dos recursos naturais: ar (emissão pela pecuária de amoníaco e metano e pelos adubos de óxido nítrico; algumas práticas agrícolas transmitem um cheiro nauseabundo à atmosfera); água (consumo excessivo de água em certas regiões e efeitos da drenagem e da irrigação sobre alguns *habitats* naturais; poluição de águas superficiais e subterrâneas devido aos nitratos e ao fósforo — de que as principais fontes são os adubos e as actividades pecuárias — e ainda a pesticidas, efluentes de silagem e lamas); solo (degradação física — erosão, compressão e desertificação — provocada por práticas culturais desajustadas; degradação química — acidificação, salinização e contaminação por micropoluentes — motivada pela desadequada utilização de adubos e de pesticidas, pelos efluentes das pecuárias e ainda por deficientes técnicas de irrigação); a degradação da água, do ar e do solo têm depois consequências negativas sobre a biodiversidade (Camarata, 1997).

A enumeração precedente — recursos naturais afectados, formas de degradação e suas causas — tem apenas o objectivo de exemplificar algumas das facetas ambientais da agricultura, a que convém ainda acrescentar dois pontos: a própria agricultura também sofre com a degradação dos recursos naturais; outros sectores têm consequências mais negativas sobre o meio ambiente, mas a expressão geográfica da agricultura confere, em geral, uma

grande visibilidade aos seus efeitos. Na Europa do Sul, estes só vieram a ser reconhecidos a nível público na segunda metade dos anos 80, o que para Espanha e Portugal coincidiu com a adesão à União Europeia.

Nas últimas décadas, os estados têm procurado intervir no sentido de promover uma relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente. Esta preocupação tem-se desdobrado pela actividade produtiva e pelos quadros de vida e de trabalho e feito emergir, com frequência, um objectivo designado por sustentabilidade. É um conceito "carregado de ambiguidade e de difícil aplicação prática" (Garrido, 1999), mas tem o mérito de sublinhar a necessidade de conciliar a vida económica e social com o meio ambiente. Ou seja, na sua imensa imperfeição e incapacidade prática, possui a virtude de colocar um verdadeiro problema que os estados procuram resolver através de diversas vias, das quais a da regulamentação — fixação de preceitos legais a cumprir obrigatoriamente — tem sido a mais utilizada traduzindo-se, por exemplo, na delimitação de zonas a proteger e no estabelecimento dos preceitos a seguir com este objectivo; na fixação de normas para assegurar a qualidade do ar e da água e para combater a poluição e a degradação dos solos; na definição de normas a que deve obedecer o ordenamento do território e a gestão dos sistemas fluviais; etc.

Em Portugal, como nos outros países da Europa do Sul, as primeiras etapas de protecção do ambiente foram asseguradas pela intervenção regulamentar do Estado. Assim, a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1971, marcou o início da primeira fase da intervenção estatal, de modo consistente e continuado, na defesa do ambiente. Antes já haviam sido promulgadas medidas que iam neste sentido, mas foi através de um diploma de 1970 — cuja primeira concretização foi a criação deste parque — que se deu corpo a uma concepção de protecção do ambiente que prevê a delimitação de espaços bem definidos onde, em graus diversos consoante os objectivos da reserva, se impõe a preservação dos recursos naturais.

A orientação de 1970 viria a ser alargada e diversificada em 1976, embora dentro do mesmo referencial. Em 1982, já haviam sido legalmente constituídas 25 áreas protegidas, das quais oito eram anteriores a 1976. Também em 1982, na sequência da legislação de 1975, se instituiu a Reserva Agrícola Nacional que visa assegurar a reserva para a agricultura dos solos considerados com melhores aptidões para esta actividade. No ano seguinte, criou-se a Reserva Ecológica Nacional, que delimita zonas onde se procura garantir a protecção de ecossistemas e de processos biológicos.

O referencial de defesa do ambiente só veio a alterar-se em 1987, com a Lei de Bases do Ambiente, que, sem excluir a manutenção das reservas a proteger, definiu, como objectivo, regular e intervir em várias dimensões dos quadros de vida, de produção e territoriais de modo a assegurar um ambiente "propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida". Com

este objectivo, o diploma estabeleceu normas relativas aos "componentes ambientais naturais" (ar, luz, água, solo vivo e subsolo, flora e fauna) e aos "componentes ambientais humanos" (paisagem, patrimónios natural e construído, poluição). Foi neste período, depois de 1987, que se estabeleceu uma Rede Nacional de Áreas Protegidas (1993) e posteriormente se transpôs para o direito nacional a directiva comunitária relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens (Rede Natura 2000).

Como é evidente, a par dos diplomas mencionados — Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, importantes em termos territoriais —, houve ao longo dos últimos 30 anos uma multiplicação de iniciativas que visaram concretizar os referenciais definidos nos diplomas-quadro referidos ou assegurar a transposição das directivas comunitárias e outras que, dedicadas ao ordenamento do território, também incorporaram preocupações com a defesa do ambiente.

Os balanços destas intervenções regulamentares do Estado são em geral positivos, apesar de alguns desajustamentos e deficiências. Como exemplo destes podem mencionar-se: a deficiente capacidade institucional e de cultura técnica para aplicar as directivas legais; o modo como os procedimentos de aplicação e de fiscalização traem, por vezes, os objectivos previstos e a deficiente concepção das normas legais, como é o caso da Reserva Agrícola Nacional, relativamente à qual alguns autores mostram o carácter erróneo dos critérios que presidem à classificação de solos a considerar como de elevada capacidade agrícola. Tem também sido referida a difícil compatibilização de certos regimes de reserva de natureza, nomeadamente através da Reserva Ecológica Nacional, com as situações sociais e económicas de algumas zonas.

O carácter favorável das intervenções do Estado não tem, contudo, aquietado os seus críticos actuais. Estes argumentam que "os sistemas puramente regulamentares e a apropriação pública são cada vez mais ineficazes e custosos" (Falque, 1997), além de que apontam o panorama ambiental negativo herdado dos antigos regimes da economia planificada e estatizada, nalguns países da Europa Central e de Leste, como contraprova.

Acentuam também que a contínua multiplicação pelo Estado de leis e regulamentos relativos ao modo como pode ser utilizado e deve ser gerido o território vai esvaziando a propriedade privada de conteúdo e pode favorecer uma tendência para a quebra do preço da terra.

A privatização e o mercado seriam a alternativa (Smith, 1992; Falque e Milliere, 1992; Falque e Massenet, 1997). A apropriação ou, pelo menos, a gestão dos recursos seria entregue aos seus proprietários ou a outras entidades privadas que organizariam o seu adequado aproveitamento de modo rentável. O acesso dos interessados estabelecer-se-ia através de um preço pago à entidade gestora ou seria gratuito nos casos em que o Estado assegurasse a contrapartida monetária.

Embora os defensores desta perspectiva reconheçam que ainda não é

possível, social e economicamente, integrar todos os recursos no mercado, advogam que se devem criar as condições técnicas, jurídicas e económicas para avançar neste sentido.

A privatização e o mercado conduziram a uma mercantilização generalizada da relação dos homens com a natureza, das sociedades locais e nacionais estabelecidas. A relação fundadora que as comunidades locais e nacionais estabelecem com os seus territórios seria retalhada por inúmeras portagens que delimitariam as fronteiras estabelecidas pelo mercado, cujo franqueamento teria um preço. A apropriação da natureza pelos homens seria uma questão de oferta e procura, com todas as consequências de desigualdade de acesso e de subordinação da protecção dos recursos à lógica da sua rentabilização. As dimensões que não coubessem nesta lógica — as externalidades não integráveis no mercado, como, por exemplo, o interesse que tem para a humanidade a preservação de uma espécie para além da procura que lhe possa estar associada — seriam objecto de uma compensação monetária do Estado ao operador privado de molde a que a sua actividade continuasse rentável.

Afinal, o Estado continuaria a ser necessário e a ter de estar presente, identificando e pagando as externalidades não rentáveis na óptica privada. Seria, de resto, praticamente impossível a compensação monetária de todas as externalidades, pelo que a regulamentação continuaria a impor-se. Além do que, como tem mostrado a história recente, a preocupação das actividades privatizadas com a rentabilização sobrepe-se geralmente, em situações de incerteza e na avaliação dos cuidados a ter com a segurança, à tradicional prudência do serviço público. O resultado destas opções tem já evidenciado os seus riscos.

A gestão pública dos recursos naturais através da intervenção do Estado ainda prevalece sobre os que defendem as soluções que passam pelo mercado e pela privatização do ambiente, com o objectivo de favorecer a revalorização da propriedade privada da terra e o desenvolvimento dos negócios ambientais. De qualquer modo, o Estado já vem, nalgumas das suas políticas, fazendo apelo ao mercado em detrimento da imposição de normas legais. No domínio territorial/agrícola, estas últimas iniciativas podem repartir-se em três grupos: as que apoiam a criação de condições para tornar rentável a adequada gestão dos recursos naturais (por exemplo: turismo em que as próprias unidades hoteleiras se ocupam do meio que atrai os forasteiros); as que se tratam no pagamento de serviços ambientais, mesmo na propriedade privada (por exemplo: limpeza de valas e matos, conservação de espécies animais e vegetais, etc.); as que passam pelo pagamento de compensações monetárias pelos rendimentos perdidos com práticas mais ajustadas à protecção dos recursos naturais (por exemplo: perdas de rendimento motivadas por menor intensidade de adubação, diminuição do encabeçamento dos gados para proteger os solos do pastoreio mais intensivo, etc.).

As políticas agro-ambientais (medidas de acompanhamento da Política

Agrícola Comum em aplicação desde 1994) integram-se nos segundo e terceiro dos grupos que antes se referiram e são, para o território e a agricultura, as mais relevantes do tipo de políticas que constitui uma alternativa à imposição de regulamentos e proibições por parte do Estado. Debaixo da designação agro-ambientais reúnem-se medidas muito variadas e diferenciadas consoante os países e mesmo as regiões. Em Portugal, por exemplo, o programa para o período 1994-98 previa quatro grandes objectivos: "diminuição dos efeitos poluentes da agricultura"; "extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos"; "conservação dos recursos e da paisagem rural" e "formação profissional".

Os primeiros balanços feitos sobre este programa em Portugal e também em toda a Europa do Sul parecem apontar para que a sua concretização se traduziu mais numa fonte suplementar de rendimento para as explorações agrícolas e para os proprietários fundiários do que numa efectiva protecção do meio ambiente (Moyano e Garrido, 1998).

Convém reconhecer, de qualquer modo, que se regista actualmente uma tendência crescente para muitas políticas ambientais seguirem as vias do mercado. Este caminho obriga a referir, no entanto, que a sua concretização pode assentar em diferentes grupos sociais ou entidades, com relações muito diversas com o espaço e o rural, cujos futuros contornos também dependem, como adiante se repete, dos actores sociais que as políticas privilegiarem.

Território e mercado

Na Europa do Sul, a descoberta dos prazeres da natureza e das tradições rurais por largos sectores da população urbana é recente. Ganhou expressão significativa na última década e meia, com uma participação acentuada de visitantes estrangeiros, e tem vindo a alimentar o desenvolvimento no espaço rural de um mercado de actividades como a caça, o turismo, produtos agrícolas tradicionais, artesanato, lazer e desporto, visita e fruição das paisagens e dos patrimónios cultural e arquitectónico e também de segundas habitações.

Em termos económicos, são consumidores — marcados pela desconfinança em relação à indústria e à qualidade da alimentação, com nostalgia pelos produtos e territórios de outros tempos e que lamentam a perda da relação com a natureza na vida das cidades — que abrem a via para a constituição, no espaço rural, de um mercado destas actividades.

O perfil destes consumidores, embora com alguns traços comuns — níveis de rendimento e formação académica elevados —, diferencia-se acentuadamente conforme as actividades e mesmo as modalidades de organização destas. Assim, e tomando como referência mais imediata a procura do turismo em espaço rural, Manuela Ribeiro (1998a) caracteriza os turistas que vêm

"buscando no interior rural e remoto, roteiros e destinos alternativos de férias, de lazer, de recreação, de descanso": "estrangeiros em grande medida; maioritariamente jovens; com formação académica superior; com actividade profissional em sectores e posições de elevado estatuto". Os portugueses "são quase exclusivamente de extracção urbana e provêm, na sua grande maioria (60%), de Lisboa e áreas adjacentes". Esta mesma autora, num trabalho sobre o turismo rural na região do Douro (1998b), mostra que enquanto nos passeios de barco pelo rio, de curta duração (um ou dois dias), predominam turistas nacionais cuja caracterização se aproxima da antes apresentada, nas viagens mais longas, em barco-hotel, prevalecem os estrangeiros idosos, muitos dos quais já reformados.

Relativamente à caça, Ramos *et al.* (1994) caracterizam os que frequentam zonas de caça turística no Alentejo: os estrangeiros representam apenas um por cento e os não residentes na região um terço; quase exclusivamente homens (98%) com idades entre os 20 e os 59 anos; predominam os profissionais liberais e os empresários. Este perfil aproxima-se do que Osuna (1991) apresenta para os caçadores das províncias andaluzas de Córdoba e Jaen.

Na procura de segundas habitações, há idosos e reformados, nacionais e estrangeiros, que vêm buscando acolhimento em povoados rurais e uma crescente expansão da procura por parte de urbanos, com rendimentos elevados e em plena vida activa. Refira-se ainda o grupo dos que preferem os campos para aí viverem, em permanência, modos de vida diferenciados dos da maioria da população.

Estes movimentos têm expressões regionais e locais muito diferenciadas nos espaços rurais que aqui se estão a considerar: os que ainda não estão englobados nas malhas da vida quotidiana das grandes cidades. Nos que mais sofrem esta influência tem havido, é certo, uma grande expansão de casas e da população, mas, como García e Larrull (1998) concluem para a Catalunha, trata-se mais da urbanização do espaço rural do que de um "ressurgimento demográfico das áreas rurais produto de um novo e forte dinamismo socioeconómico endógeno".

As actividades ligadas à procura da natureza e da tradição são territorializadas e indissociáveis do local onde são produzidas, pelo que a constituição social do seu mercado exige que os consumidores possam percorrer o espaço rural. As vias de comunicação, nomeadamente as intra-regionais, são assim um elemento-chave na formação e alargamento deste mercado. A melhoria das estradas e telecomunicações, acentuada desde a segunda metade dos anos 80, tem de resto contribuído para favorecer o encontro dos consumidores com a natureza e o mundo rural. Apesar desta evolução, Mendes Baptista (1998), num trabalho relativo às regiões interiores do país, indica ainda estes acessos como uma das debilidades a vencer. Esta questão relaciona-se também, como evidencia Gaspar (1993), com a estrutura urbana, pois quando as cidades que a integram têm dimensão ajustada e dinamismo

socioeconómico e cultural podem funcionar como pólos donde os forasteiros se disseminam pelas diferentes ofertas da zona.

Passada a apresentação dos consumidores e uma referência às dimensões espaciais da constituição do mercado, resta mencionar o lado da oferta em que se desenham as seguintes personagens: os habitantes do mundo rural, onde em muitas zonas se destacam os ligados à agricultura; a propriedade fundiária, em especial a de grande dimensão; os actores públicos, locais e centrais; os actores externos, que podem ir do pequeno negócio ao grande capital e, noutro plano, ainda o local.

Os rurais disseminados pelo território, isolados ou em pequenos aglomerados, não foram de um modo geral motivados por este mercado, em especial nas zonas mais afastadas das cidades e dos circuitos turísticos. No entanto, em diversas regiões há casos, por vezes numerosos, de empenhamento em responder às novas procuras, o que levou em muitas povoações ao aparecimento ou à renovação de restaurantes e de pequenas unidades hoteleiras e ainda ao desenvolvimento de algum artesanato, do turismo rural e de produtos agrícolas tradicionais.

Nestes últimos, em particular nos que envolvem agricultores de pequena dimensão, não tem sido fácil assegurar uma qualidade continuada e homogénea e uma posição consolidada no mercado. Os casos que desmentem esta afirmação devem-se, em geral, à intervenção de intermediários ou à indústria agro-alimentar, que articulam a pequena agricultura com o mercado, garantindo a transformação ou apenas a comercialização. Estas unidades são, com frequência, de grande dimensão — como no queijo Roquefort, em França — e acabam por deter o controlo da economia destes produtos. A presença destes mediadores é mais facilmente contornável quando os produtos se transaccionam nos locais onde são produzidos, pois esta situação favorece a relação directa com os consumidores.

No artesanato há a considerar dois grandes grupos: os artesãos tradicionais — grande presença das mulheres, idade avançada, baixos níveis de escolaridade, a maior parte ligada à agricultura (Cavaco e Ramos, 1994) — e um sector que tem beneficiado de políticas de desenvolvimento local, num movimento de apoio à manutenção e melhoria de oficinas e *ateliers* já existentes e que simultaneamente tem promovido o surgimento de novos núcleos de artesãos.

Na maioria das situações, a economia do artesanato, como a dos produtos agrícolas tradicionais, está dependente do reconhecimento social do território onde se inserem, ou seja, valem como dimensões de um território local.

A informação existente, embora dispersa e escassa, permite concluir que o artesanato e os produtos agrícolas de qualidade têm um peso diminuto na economia do país. No entanto, a sua presença — mais forte, como na micro-região do tapete de Arraiolos (Cavaco *et al.*, 1999), ou ténue, como na maioria das situações — pode contribuir, em zonas de baixa densidade demográfica e

económica, para a manutenção das populações nos seus territórios.

A propriedade fundiária e os grupos sociais possuidores de grandes domínios fundiários mantêm posições destacadas no espaço rural. Na agricultura e na floresta — como adiante se analisa —, mas também na caça e no turismo em espaço rural. Muitos dos grandes patrimónios fundiários continuam propriedade das famílias a que tradicionalmente estavam ligados, mas outros mudaram de mãos. Coelho (1996) mostrou que no concelho de Cuba, entre o final da década de 70 e 1993, houve uma transferência muito significativa de prédios de grande dimensão dos seus proprietários tradicionais para grupos ligados ao comércio de gado, às indústrias de rações e da construção civil.

No turismo em espaço rural, bem como nas actividades de lazer e desportivas que lhe estão associadas, foram sobretudo as famílias com posições fundiárias dominantes e com patrimónios construídos marcantes a nível local que beneficiaram das políticas que têm apoiado este turismo. Em muitas regiões, os agricultores familiares, na sua esmagadora maioria, retraíram-se. Para esta atitude contribuiu tanto o entendimento que eles próprios têm do seu trabalho e das suas competências, como a vontade de acautelarem os seus quadros de vida de olhares estranhos. Este afastamento não foi, contudo, a regra em muitas zonas de Itália, da Grécia e mesmo de Espanha (País Basco e Navarra), onde os agricultores se envolveram com sucesso no turismo rural.

A oferta de caça para o turismo assenta na grande propriedade, geralmente gerida por conta própria. Os seus detentores recolhem os rendimentos desta actividade ou usufruem dela, já que, como nota Cavaco (1995), relativamente ao concelho de Mértola, "muitas das suas zonas de caça turística são, na verdade, unidades de luxo, com o alojamento para proprietários/sócios, convidados e mais raramente clientes".

Para além dos benefícios directos colhidos pelo proprietário/empresário de coutada, a caça tem algum impacto ao nível das unidades de turismo locais e do muito escasso emprego que cria. Estas consequências, comparadas pelas populações com os modelos de produção e de emprego associados à agricultura de que ainda têm memória e vivência recentes, em particular nos anos da Reforma Agrária no Alentejo, e o retalhar e cercar do território que em muitas regiões, como em Mértola, a grande propriedade está a operar, cortando caminhos públicos e limitando o acesso aos cursos de água, levam muitos habitantes dos montes e aldeias dos campos do Sul a uma rejeição das coutadas. Para esta atitude contribuiu também o tradicional conflito entre os "caçadores modestos" (Ramos *et al.* 1994) e locais que caçam no terreno livre e as zonas coutadas.

Os actores públicos têm uma influência decisiva na agricultura e na configuração do território e do rural, cujas histórias do último século e meio são indissociáveis da acção do Estado. Para além dos efeitos sobre a agricultura, a sua acção nas últimas décadas, em Portugal como em Espanha, contribuiu

para generalizar no mundo rural a escola e os serviços de saúde e para desenvolver as telecomunicações e a própria rede viária. Os actores públicos locais (por exemplo, as câmaras municipais), que se renovaram e legitimaram com a democratização dos países e que puderam beneficiar dos Fundos Estruturais Europeus desde 1986, centraram-se numa primeira fase nas infra-estruturas (abastecimento de água, electrificação, saneamento básico, etc.) e equipamentos (mercados, estações de camionagem, centros de cultura, etc.). Muitos deles, nos anos 90, consolidada a fase anterior, começaram a procurar criar condições que favorecessem a revitalização da vida económica local (apoios à instalação de pessoas e de serviços e indústrias, organização de eventos — festas, feiras de produtos locais —, promoção dos patrimónios locais, etc.).

Para os actores externos, o local é apenas uma oportunidade de investir com rentabilidade e corresponde a uma avaliação que também passa por outros domínios e sectores. Como refere Pérez-Yruela (1999), a propósito da experiência da Andaluzia, "são actores que salvam ou afundam o desenvolvimento local em função das estratégias do negócio com que operam". Embora não se disponha de um balanço equivalente para Portugal, não parece difícil de admitir, dada a natureza destes actores, que o seu comportamento é aqui similar.

O local tem, obviamente, um estatuto distinto das personagens já referidas mas é incontornável na relação do território com o mercado. É no local que se situam os patrimónios naturais, culturais e arquitectónicos, bem como actividades territorializadas como a caça ou o contacto com a natureza. É também no local que se transmite, pelo menos simbolicamente, todo o peso do saber e da qualidade tradicionais aos produtos agrícolas e ao artesanato. É ainda o local, como um outro espaço relativamente à cidade, que convida à residência secundária e às férias. O reconhecimento pelos consumidores da imagem e dos contornos de cada local é o primeiro e decisivo elemento para a entrada no mercado do que aí se oferece e produz.

Em termos de mercado, o local corresponde a um território socialmente reconhecido e a uma zona geograficamente localizada. Impor este reconhecimento e promover o acesso dos consumidores são assim indispensáveis. Nesse processo não há papéis nem destinos antecipadamente marcados. A construção e os benefícios desta entrada no mercado podem ser endógenos, ou seja, construídos pelos que habitam as comunidades ou podem ser feito por actores externos, que em muitos casos reorganizam o espaço, em especial nas situações em que está mais abandonado, e o moldam à imagem do que vendem.

O local é assim uma componente, uma personagem, do mercado, mas não contém nem assegura antecipadamente nenhum futuro nem nenhum projecto social e económico.

É neste quadro que convém situar o debate sobre as condições para um

desenvolvimento local endógeno relativamente ao qual Reis (1999) refere que a densidade dos meios locais é a questão central. Acrescenta que esta densidade é sobretudo institucional (capacidade de exprimir vontades e mobilizar capacidades), embora também mencione as vertentes material e socioeconómica, nomeadamente os recursos humanos e a sua qualificação. A promoção deste desenvolvimento tem de ser feita, ainda segundo Reis (1999), por agentes territoriais, ou seja, por agentes não sectoriais. O problema é exactamente este. Morrion (1996) evidenciou a dificuldade da constituição destes agentes que, na Europa do Sul e em Portugal, têm surgido, por vezes, sob a forma de vanguardas, que geralmente não são oriundas das comunidades que visam dinamizar e onde pretendem racionalizar acções de desenvolvimento. É certo, no entanto, que a preocupação central de algumas destas vanguardas¹ é associar, a par e passo, os habitantes locais aos processos e às iniciativas tomadas, fundando no local um projecto que fortaleça a educação e a capacidade "das pessoas para tomarem em mãos as suas vidas, comunidades e recursos, assim como para participarem nos processos de decisão locais, nacionais e globais" (Cristóvão, 1999). Mas este é só um dos destinos possíveis para o local, outros podem passar apenas pela sua venda e apropriação por actores externos, marginalizando as populações rurais.

Finalmente convém referir, como alguns autores têm mostrado, que a escala para delimitar o local depende das características dos agentes envolvidos e dos recursos disponíveis e também que muitos dos aspectos necessários à sua dinamização exigem infra-estruturas, equipamentos e instituições que têm de ser criados à escala regional e não local.

As notas e os comentários anteriores são fragmentárias e parciais, o que, pelo menos em parte, corresponde à situação do mercado a que se referem. Não são argumentos que se constroem e se sucedem para deduzir conclusões. Visam sobretudo ilustrar os contornos de um mercado que se está a constituir e que vai conhecer um acentuado crescimento. Neste mercado e no que se está a formar em torno da questão ambiental, perfilam-se, do lado da oferta, várias e muito diferentes personagens. O destino e o sucesso de cada uma vai

1 "Há gente que busca uma nova civilização, a do ser, pugnano por valores hoje na mó de baixo; há poetas e pessoas sensíveis à poesia, a valores estéticos e espirituais; há antigos e experientes militantes políticos, a par de recém-licenciados em novos cursos e sem experiência de terreno; cidadãos desiludidos, reformados cheios de juventude e jovens à procura do primeiro emprego; católicos progressistas e cooperativistas outrora convictos, a par de feministas e ambientalistas combativos; ex-alfabetizadores de adultos e ex-animadores culturais, ao lado dos professores comprometidos com o meio e estrangeiros à busca de modos de vida alternativos; presidentes de junta de freguesia, técnicos municipais da cultura e mesmo presidentes de câmara, estes sensíveis ao prestígio e contributos financeiros que possam advir do facto de o município ser associado nesta ou naquela associação" (Portela, 1999).

depende, em larga medida, das políticas agrícola e rural e das personagens e interesses que o Estado privilegia na aplicação destas.

Agricultura e floresta

As principais diferenças entre as agriculturas da União Europeia estão identificadas e são bem conhecidas.² No Centro e Norte, a agricultura tem elevados rendimentos por unidade de trabalho, ocupa uma pequena parte da população activa e o trabalho agrícola é muito profissionalizado. Na Europa do Sul são bem menores os rendimentos do trabalho, há uma maior parte de activos na agricultura, um menor grau de profissionalização, uma presença muito forte do trabalho a tempo parcial e uma maior articulação das famílias agrícolas com rendimentos exteriores à esfera da produção agrícola. Estas duas últimas características evidenciam a articulação das estruturas agrárias com os sistemas social e económico e ajudam a compreender a pluralidade de formas que estas tomam e "cujos determinantes são em parte exógenos ao sector agrícola" (Fabiani e Scarano, 1995).

A Política Agrícola Comum (PAC) não se detém nestas diferenças, nem as considera nas medidas em que se desdobra. A reforma de 1992 ainda veio acentuar esta orientação, cujos critérios de sucesso coincidem com o modelo do Centro e Norte, que se espera, pelo menos implicitamente, venha a ser seguido pela parte Sul da União Europeia. Importa assim apreciar a tendência do caminho percorrido nos últimos anos.

Para esta análise apenas se dispôs, no entanto, de informação comparável (cf. a base de dados Newcronos do Eurostat) para um curto período de cinco anos (1990 a 1995), que, de qualquer modo, engloba os efeitos da mudança da reforma da PAC de 1992. Esta continuou a marginalizar, na sequência da sua orientação anterior, os produtos mediterrânicos e acentuou a separação entre os sectores e unidades considerados competitivos perante os referenciais do mercado mundial e os que não têm esta capacidade. Para os primeiros são reservados os apoios destinados a reforçar a capacidade produtiva e a obtenção de elevados rendimentos a partir da actividade agrícola; para os segundos, acentuou-se a concessão de ajudas directas ao rendimento, desligadas das quantidades de produção levadas ao mercado, que são, afinal, o pagamento de rendas cujos montantes dependem da dimensão do efectivo pecuário e sobretudo da extensão da unidade agrícola. Esta orientação favoreceu a extensificação — apenas é necessário fingir que se produz — das zonas onde prevalecem estes últimos sistemas.

A informação disponível mostra, em termos comparativos, que a

2 A informação estatística utilizada neste ponto está organizada e publicada nas *Actas do III Congresso da APDEA* (Baptista, 2000).

diferença entre as agriculturas do Centro e Norte e do Sul não tende a esba-ter-se no ponto central que norteia a PAC: o rendimento por unidade de trabalho (margem bruta por unidade de trabalho anual). Noutras vertentes — superfície agrícola utilizada, número de explorações e grau de profissionalização (percentagem do número de unidades de trabalho anual a 100% no total destas unidades) — mantêm-se a distância entre as duas faces das agriculturas da União Europeia, mas registam-se evoluções divergentes nos países do Sul. Na Itália e na Grécia, a diminuição do número de unidades, mesmo de pequena dimensão, foi pouco significativa, o que parece evidenciar o forte enraizamento das explorações nos sistemas locais e simultaneamente manteve-se a predominância do trabalho a tempo parcial nas explorações. Em Espanha e Portugal, embora sem alterar toda a grandeza das diferenças existentes, o ajustamento da estrutura agrária ao modelo do Centro e do Norte foi mais acentuado, com uma forte redução das explorações de menor dimensão. Mas enquanto em Espanha este movimento foi acompanhado por um reforço da profissionalização da agricultura, em Portugal, pelo contrário, acentuou-se a articulação das unidades agrícolas com o trabalho e os rendimentos exteriores às explorações.

O confronto da Europa do Sul com as orientações da PAC de 1992 não é tranquilo: as agriculturas do Sul não são, de um modo geral, competitivas nos sistemas privilegiados pela PAC; os produtos mediterrânicos que mais facilmente podem vingar no mercado continuam a ser discriminados; o pagamento das rendas às unidades consideradas não competitivas faz-se em função da dimensão e não do trabalho, o que, em países como Espanha e Portugal, concentra estes montantes nas explorações de maior dimensão. Reforça-se, assim, através destas unidades, a grande propriedade fundiária como receptora de enormes quantias de rendas.

Alguns números relativos a Portugal (Continente) esclarecem claramente este panorama, em que as ajudas directas ao rendimento constituem a maior fatia (mais de 40% em 1998) do conjunto dos apoios de que beneficia a agricultura.

As explorações do Continente com cem ou mais hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), em número de 5341 (1,4 % do total), têm uma dimensão média de 342 hectares de SAU, englobam 49% da SAU, apenas são responsáveis por 17% da margem bruta, mas recebem 51% das ajudas directas. Neste universo de unidades de grande dimensão, o Alentejo ocupa uma posição destacada: 4.000 explorações com uma dimensão média de 344 hectares, 37% da SAU do Continente, 10% da margem bruta, mas 40% das ajudas directas.

A outra parte, as explorações com menos de cem hectares de SAU, recebem 49% das ajudas directas para 83% da margem bruta, 51% da SAU e um total de 37%, 5 mil explorações, com uma dimensão média de cinco hectares.

Para evidenciar a importância das ajudas directas na economia das

explorações construiu-se um indicador que exprime o montante recebido em ajudas directas (AD) por unidade monetária do “rendimento líquido da actividade agrícola para a mão-de-obra familiar total, sem os subsídios” (RLAA/S). Foi elaborado com base na informação disponível fora dos meios internos das instituições estatais e governamentais e é, convém reconhecê-lo, muito grosseiro e impreciso. Permite, de qualquer modo, dar uma imagem aceitável do objectivo para que foi construído. Nas explorações do Continente com 100 ou mais hectares de SAU, a relação entre o rendimento, sem considerar os subsídios, conseguido pela família ligada à exploração e as ajudas directas que recebe é de um para 1,55; para as unidades com menos de 100 hectares SAU esta mesma relação é de um para 0,33. Ainda mais dois exemplos: Alentejo, explorações com 100 ou mais hectares, um de RLAA/S para 2,01 de AD; Trás-os-Montes, unidades com menos de 30 hectares, 1 para 0,34.

Apenas mais três notas sobre este tema. Como mostra Avillez (1997), os sistemas de produção predominantes no sequeiro das grandes unidades do Sul do país apenas subsistem devido às ajudas que recebem e não integram o sector dos que, sem esta transferência de subsídios, podem afrontar o mercado.

É muito menor o peso das ajudas directas nas explorações abaixo de 100 hectares do que nas de maior dimensão. Estas, no plano económico, em termos médios, aparecem sobretudo como maximizadoras de rendas (ajudas directas) que constituem a maior parte do rendimento que obtêm. Este peso das rendas associadas à dimensão fundiária tem contribuído para reforçar o estado e o poderio económico da grande propriedade. Um estudo feito no Alentejo (Alentejo) mostra como esta situação contribui para a rigidez e o imobilismo dos grandes domínios fundiários (Veiga, 2000).

Contrastando com esta situação, na Terra Fria de Trás-os-Montes, uma zona onde não prevalece a grande dimensão, a propriedade vai-se adaptando e flexibilizando através de modalidades informais de acesso ao seu uso, que, simultaneamente, evitam a degradação do valor patrimonial da terra. O menor peso, nesta região, das rendas transferidas como ajudas directas conduziu, como mostra Rodrigues (1998 e 2000) a “arranjos informais e flexíveis de cedência dos direitos de uso da terra”. A adaptação da propriedade tem-se verificado também noutras situações e contextos (Marsden *et al.*, 1990 e 1993), mas torna-se desnecessária para os seus titulares quando o imobilismo lhes maximiza os rendimentos, como sucede actualmente com os grandes domínios fundiários.

Paralelamente a estas evoluções, alterou-se a relação da agricultura com o espaço. Os *Inventários Florestais*, baseados na leitura da fotografia aérea, mostram que em Portugal (Continente), de 1980 a 1995, a área de floresta cresceu cerca de 400 mil hectares e de incultos 750 mil hectares. Como os outros usos (área social, improdutiva e ocupada por água) seguramente não

diminuíram, pode deduzir-se que a agricultura teria registado um recuo acentuado. Estas tendências não encontram, no entanto, acolhimento nos *Inquéritos às Explorações Agrícolas* em que os responsáveis por cada unidade respondem aos quesitos da estatística oficial. Nestes regista-se apenas uma muito leve descida da SAU nos anos 90, depois de ter mesmo recuperado mais de meio milhão de hectares nos dez anos anteriores, período em que a área de terra arável (uma das partes de SAU) tinha diminuído 200.000 hectares.

A dança dos números, das várias fontes para os diferentes anos, encontra a explicação dos seus desvios no alargamento das áreas de prados e pastagens e nos critérios utilizados: muito do que lido do céu aparece como inculto é, na humana gestão dos subsídios, classificado como pastagem pobre e, portanto, com direito a incorporar a SAU.

Acresce ainda que a alteração e a flutuação da fronteira entre as áreas incultas e as integradas na agricultura é hoje, para além dos critérios e das suas motivações, o resultado da extensificação verificada em muitas regiões.

Como se referiu, registou-se também nas últimas décadas um avanço da florestação muito apoiado pela política agrária, nomeadamente como uma das componentes da reforma da PAC de 1992 destinada a terrenos onde a agricultura vai recuando. Este é, de resto, um dos objectivos tradicionais das políticas florestais destinadas ao sector privado, que visam assim compensar os proprietários fundiários pelas eventuais perdas de rendimento derivadas da retração agrícola. As políticas da União Europeia com esta finalidade têm sido particularmente favoráveis para os proprietários ao preverem, para além de avultados subsídios ao investimento, o pagamento pelo Estado de generosas rendas anuais durante 10 a 20 anos. Estes apoios têm tido grande expressão na Península Ibérica, onde, sobretudo em Portugal, se concentram nos grandes domínios fundiários (Arnalte *et al.*, 1998, CESE, 1998).

O rural

O rural, como antes se notou, desenhou-se na Europa do século XIX como o reverso da cidade industrial. A agricultura, acompanhando o aumento da população, foi estendendo a sua hegemonia sobre os campos que apareciam como o contraponto das fábricas e manufacturas das grandes urbes. Estas, em continuada expansão, contrastavam com a população rural disseminada pelo espaço em pequenos aglomerados, onde se viviam sociabilidades e culturas marcadas pelas actividades agrárias, pelo peso político e social da propriedade fundiária e pelos saberes e tradições herdados do passado. Nas cidades, afirmavam-se os saberes técnicos e renovavam-se hábitos, costumes e comportamentos. As sociabilidades por *associação*, para retomar a distinção de Tönnies, enraizavam-se nos meios urbanos, onde predominavam as relações

impessoais, centradas na esfera pública e organizadas em torno de interesses utilitários (Giner, 1987), e distanciavam-se das formas de relação social assentes na *comunidade*, dominantes na sociedade rural e em que prevaleciam o conhecimento interpessoal, a partilha da esfera privada, o peso das redes familiares e das relações de interdependência. Eram dois mundos, que coexistiam no espaço geográfico de cada país e de cada região, em que as imagens de quietude e de proximidade do rural — “o conhecimento que o povoado tem de cada indivíduo não é muito menor que o de Deus, ainda que o julgamento seja diferente” (Berger, 1989) — se opunham à maior mobilidade social e à modernidade que irrompia nas cidades, onde, para cada um, “experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo o que é sólido se desmancha no ar” (Berman, 1986).

Foi perante este panorama que alguns dos fundadores da Sociologia Rural, no primeiro terço do século XX, distinguiram rural e urbano, estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus de rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos (Sorokin, Zimmernan e Galpin, 1986).

Desde esta leitura até hoje, os elementos a que estes autores recorreram para caracterizar o rural e para delimitar a sua territorialização percorreram a sua própria história e ganharam novos contornos. A grande propriedade fundiária já não governa aldeias e a agricultura perdeu hegemonia sobre o espaço, separou-se da indústria agro-alimentar e incrementou muito o recurso a meios e a equipamentos técnicos; em muitas regiões encontrou formas de articulação com os sistemas social e económico, captando assim rendimentos exteriores ao meio rural, nomeadamente em zonas envolventes das cidades, através dos mercados de trabalho dos serviços e da indústria. Nalgumas regiões foi esta que se difundiu pelos campos.

O espaço é agora procurado por urbanos, consumidores de natureza e das actividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de actividades e de fluxos económicos.

As diferenças culturais também se esbateram e avançou-se na homogeneização de saberes, comportamentos e hábitos; embora, convém sublinhá-lo, as mudanças não ocorram de modo linear e automático, pois são reelaboradas e ajustadas nos quadros de vida locais.

As transformações da propriedade e da agricultura, as novas procuras de natureza por parte dos habitantes da cidade e as mudanças culturais, tornaram-se também causa e consequência de alteração das relações sociais na sociedade rural. As relações de *comunidade* foram, em muitas zonas, deixando de tecer as malhas das sociabilidades que explicavam os grandes eixos das dinâmicas e das permanências nos pequenos aglomerados. Paralelamente a este declínio e à perda de importância da diferenciação campo-cidade na compreensão das sociedades, identificavam-se expressivas incrustações de sociabilidades *comunitárias* em meios urbanos (Costa, 1999), e, a propósito da Grécia, dois autores defendem mesmo que este tipo de relações se difunde com significado por toda a sociedade: "Omnipresente nas estruturas socioeconómicas, políticas e culturais da sociedade nacional, o rural grego não se deixa definir segundo as oposições correntes como cidades/campo, movimento/fixidez, modernidade/tradição, abertura/encerramento sobre si próprio, nem pelas categorias estatísticas. Para o captar é necessário tomar em consideração uma outra clivagem, que opõe a relação social (família, parentela, localidade, relações de interdependência, memória social) à lógica da sociedade pós-moderna dominante e à sua vontade de assimilar sem condições tudo o que lhe é submetido" (Beopoulos e Damianakos, 1997).

Pahl (1978) já havia diagnosticado, desde 1966, a propósito do rural, a independência entre a geografia e as relações sociais: "Qualquer tentativa de associar modelos de relações sociais a ambientes geográficos específicos é um exercício particularmente infrutífero." A *comunidade* era assim abandonada como um elemento especificamente caracterizador do rural. Giner e Flaquer (1979) reforçam com generalidade esta dissociação ao comentarem que *comunidade e associação* "não se encontram em nenhuma sociedade em estado puro, mas formando misturas cujas doses relativas podem depender do período histórico, da própria sociedade e até da definição da situação por parte do actor".

Dos elementos inicialmente convocados para delimitar a especificidade do rural resta, passado menos de um século da história das sociedades rurais e do percurso da Sociologia Rural, a pequena dimensão dos aglomerados (Newby, 1983). Ler o rural corresponde assim a analisar, em função de um determinado objectivo ou perspectiva, estes povoados, onde, de um local a outro, predominam actividades económicas e sociais diversas, prevalecem vertentes culturais e relações sociais diferenciadas e a propriedade fundiária ocupa lugares distintos na vida social e política.

Os estudos, tipologias e avaliações do rural são assim função dos objectivos e perspectivas com que se lêem os pequenos aglomerados e não de uma qualquer especificidade social, cultural ou económica decorrente da dimensão destes (Saraceno, 1998). Blanc (1997), por exemplo, sugere três eixos de leitura para o rural: espacial, territorial e, um terceiro, ligado às representações sociais dos actores do rural. O primeiro encara o espaço "como um

conjunto de pontos dotados de atributos e separados por distâncias e/ou como uma extensão cujo uso pode ser objecto de competição". A leitura territorial considera o espaço "como um conjunto de identidades que apresentam uma forte estruturação interna". Finalmente, o terceiro em que "as categorias espaciais, e, portanto, a noção de rural, aparecem (...) como representações sociais".

Os pequenos aglomerados não são, de qualquer modo, meros alvos passivos dos movimentos gerais com que são confrontados (A. Silva, 1994; M. Silva, 1998; Almeida, 1986; Sobral, 1999; Marsden *et al.*, 1993). De facto, a vida social, cultural, institucional e os interesses locais intervêm e muitas vezes moldam os processos de mudança. A relevância desta influência é sobretudo determinada pelo modo como o Estado considera e implica os pequenos aglomerados nas suas políticas e iniciativas.

Os estudos que vêm sendo feitos sobre o rural na Europa do Sul, em especial na Grécia, Espanha e Portugal, evidenciam, a este propósito, características comuns. Em primeiro lugar, a diversidade de situações em que os pequenos aglomerados afrontam os mercados e as políticas. Mostram também o grande peso que a agricultura ainda tem na conformação dos rurais. Finalmente, evidenciam que, excepto nas manchas que sofrem maior influência directa das grandes cidades ou onde há indústria disseminada pelos campos, o rural ainda se encontra, de um modo geral, em continuada quebra demográfica. Nalguns casos já se atingiram mesmo limiares de população que erosionam qualquer capacidade endógena de o rural intervir nos domínios económicos e sociais ou seja, é apenas objecto e não sujeito no quadro de oportunidades eventualmente geradas pelas políticas e pelo mercado. Esta fragilidade não equivale, no entanto, a uma paralisia de actividades e transformações, pois, caso estas correspondam às expectativas do capital ou da propriedade fundiária, o espaço, mesmo sem rural, será devidamente rentabilizado.

Fora destas manchas onde o espaço se vai impondo ao rural, este apresenta, como evidenciam muitos trabalhos que podem ser catalogados na abordagem territorial do rural, níveis de estruturação que o tornam presente, em muitos casos incontornável, nas mudanças e reactos do próprio rural, do espaço/território e da agricultura. Nestes níveis há, no entanto, situações muito diferenciadas entre o *rural urbano* e as zonas mais agrícolas, ainda em perda demográfica e onde se vão desenhando novos contornos na ocupação e utilização do espaço.

É nestas últimas zonas que emerge também, mais acentuadamente, a dificuldade de os grupos sociais rurais, em particular os ligados à agricultura, se imporem como actores sociais intervenientes. Sobre este aspecto refere-se o trabalho de Hespanha *et al.* (1998), que identifica, a propósito da análise da conflitualidade rural no período 1986-1996, dois tipos de conflitos: os centrados nos mercados da produção agrícola, lutando por preços e pelo escoamento da produção e desenvolvidos sobretudo por "agricultores capitalizados", e

os "conflitos defensivos" em que as pessoas estão a tentar preservar "um modo de vida que lhes era próprio e relativamente ao qual possuíam um relativo controlo dos factores de risco". Nestes conflitos destaca-se o grupo dos agricultores familiares, nomeadamente os pluriactivos. É dentro destes mercados agrícolas e defesa do que existe — que os agricultores se vão adaptando às transformações. O panorama que Moyano (1999) traça para Espanha confirma esta conclusão. A própria identidade dos grupos sociais rurais dificulta-lhes a actuação para além das suas actividades e modos de vida tradicionais. Esta incapacidade e a orientação das políticas agrícolas e rurais têm conduzido, também no rural que ainda não se submergiu no espaço, a situações em que o capital e a grande propriedade fundiária se impõem na gestão e rentabilização, a seu modo, do espaço.

Nota final

Esta nota conclusiva vai ser um retorno ao propósito inicialmente anunciado: a relação da sociedade com o seu espaço.

O primeiro aspecto que ressalta das análises anteriores é o renovado fortalecimento da grande propriedade fundiária. Esboroaram-se, é certo, as suas vertentes social, política e cultural, mas regressou no campo do económico ainda que com novas roupagens: disfarçada de agricultura para receber subsídios; como floresta; disputando o local, como na caça e no turismo rural, e ainda com uma ambição gestora e rentista na questão ambiental. O seu avanço é geral e estende-se por todas as zonas, embora a sua presença tenda a ser mais visível nas manchas onde o rural está mais erosionado.

Infelizmente não se dispõe de um balanço sobre a posição dos interesses exteriores ao meio rural, ou seja, o capital disposto a rentabilizar-se nos mercados que se lhe oferecem nos campos. Pode, de qualquer modo, referir-se que a entrada destes capitais se tem feito, em larga medida, associada à propriedade fundiária. Nada indica, no entanto, que não se aplique em Portugal o balanço de outras experiências, já antes citadas, e que mostram que para estes interesses o local é meramente uma oportunidade de negócio e não tem qualquer interesse para além disto.

Os grupos sociais que habitam o rural são ainda os actores centrais do que se passa e do que pode vir a ocorrer. Há, no entanto, situações muito diferenciadas e importa separar a zona que designámos por *rural urbano*, em que a dimensão rural não se autonomiza da pressão e das malhas urbanas, das outras zonas onde se torna mais nítida a presença da agricultura e a dificuldade do mundo rural em entrar no novo comércio do local e do ambiente. Convém notar, neste ponto, que muitas vezes os actores públicos locais (nomeadamente juntas de freguesia e câmaras municipais) se preocupam mais em abrir o seu espaço a este mercado do que em apoiar a entrada neste das populações rurais.

O último comentário é dedicado ao Estado e às suas políticas agrícolas e rurais, comunitárias e nacionais. Salientou-se, em cada um dos pontos anteriores, o lugar do Estado e as consequências das suas iniciativas e políticas nos grandes contornos dos panoramas apresentados. Destaca-se o modo como estas intervenções têm vindo a privilegiar a grande propriedade fundiária e a ignorar muitos dos sistemas de produção agrícola que mais interessam nos equilíbrios do rural.

Hoje, como no último século e meio, em Portugal como nos outros países da Europa, a acção do Estado marca decisivamente o percurso da agricultura, do espaço e do rural. O lugar que os actuais habitantes do rural vierem a ter no futuro que agora se está a construir depende, sobretudo, das opções do Estado e, em particular, do modo como as políticas destinadas à agricultura e à floresta favorecerem os equilíbrios do rural, e de como o Estado apoiar a apropriação dos mercados ambiental e local pelas comunidades rurais.

Para se avançar neste sentido não podem continuar a afastar-se questões como: a fixação de limites acentuados à quantia máxima que cada beneficiário pode receber em subsídios e ajudas da Política Agrícola Comum; articular a concessão destes apoios ao trabalho e não apenas à dimensão física das unidades; privilegiar as iniciativas dos que ainda habitam o rural na constituição dos novos mercados; estimular a participação local e criar condições institucionais para que se possa traduzir em actos e realizações; intervir na estrutura fundiária de molde a impedir que haja uma crescente dissociação entre a propriedade fundiária e o trabalho; etc. A alternativa é a manutenção da orientação actual, que se traduziria, por exemplo, no possível surgimento de um capitalismo agrícola assente em trabalho barato e clandestino (como poderá suceder no futuro regadio do Alqueva) e na progressiva erosão do rural, cuja presença continuaria a declinar na mediação da sociedade com o seu espaço.